

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA NOVA EXPERIÊNCIA?

José Renato de Campos ARAÚJO¹

A – CONTEXTOS

1. Histórico

O curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades iniciou suas atividades em fevereiro 2005, quando a então mais nova unidade da Universidade de São Paulo recebeu seus 1.080 calouros (alunos aprovados em exame vestibular organizado pela FUVEST durante o ano de 2004), sendo 120 destes alunos (60 matutino e 60 noturno) calouros que optavam pela nova carreira de Gestor de Políticas Públicas.

Importante destacar que o início deste curso esteve inserido num movimento importante de expansão nas vagas em cursos de graduação que a universidade pública brasileira viveu durante a primeira década do século XXI, e ainda vive na atualidade. Uma vez que a maior universidade pública brasileira depois de décadas decidiu ainda na primeira metade da década por um movimento de criação de novos cursos de graduação e a criação de um novo campus dentro da cidade de São Paulo. Movimento sem dúvida importante e relevante uma vez que pela primeira vez em sua história a USP decidiu criar uma nova unidade fora de seus espaços geográficos tradicionais. Optando por uma localidade historicamente carente da metrópole paulistana, local o qual durante décadas abrigou, e ainda abriga, movimentos sociais que pleiteavam e pleiteiam a presença da universidade pública neste espaço da cidade. Com isso, mais de um milhão de novas vagas foram criadas dentro do maior exame vestibular brasileiro – a FUVEST, o que viria a representar por volta de 10% de todas as vagas oferecidas pela USP em seus exames anuais. O curso de GPP participou processo com a criação de 120 vagas para este novo curso, sendo 60 vagas para o período matutino e 60 para o noturno.

Naquele momento o Prof. Dr. José Álvaro Moisés, FFLCH, coordenador do curso desde 2004, organizou as atividades iniciais do curso, como contratação de docentes, alocação da carga didática etc, e sem dúvida, desde então já avaliava tal experiência, dado o ineditismo do curso dentro da USP e mesmo dentro da universidade brasileira (não é demais lembrar que em 2005 a EACH/USP era a única IES que contava com um curso de graduação com a denominação de Gestão de Políticas Públicas). Já na virada de 2006 o grupo inicial de docentes contratados exclusivamente pela EACH para assumir as

¹ O autor exerceu a coordenação do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) de janeiro de 2006 (quando era suplente de coordenador e assumiu a coordenação a partir da solicitação de afastamento do Prof. José Álvaro Moisés para assumir a diretoria científica do NUPPs – Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo) até março de 2011. Neste período teve como seu suplente o Prof. José Carlos Vaz junto do qual foram eleitos por dois mandatos consecutivos (triênio 2006/2009 e biênio 2009/2011).

atividades didáticas pedagógicas deste curso, bem como sua a gestão, em diálogo com o seu corpo discente vislumbra a necessidade de algumas correções necessárias a serem realizadas na estrutura curricular do curso, principalmente no que diz respeito ao encadeamento lógico das disciplinas. Com isso, propõe-se uma pequena mudança curricular a ser implementada a partir do segundo semestre de 2006.

A então nova coordenação, que assumira suas funções em março de 2006, formada pelos professores José Renato de Campos Araújo e José Carlos Vaz assumiu tais funções num momento de transição da própria EACH/USP, pois durante aquele ano os diversos cursos de graduação da unidade passam a ter suas gestões assumidas por docentes da própria unidade, com a coordenação de GPP tornando-se a primeira a ser composta única e exclusivamente por docentes lotados na própria EACH, e conseqüentemente no próprio curso. Uma vez que os primeiros coordenadores de curso da EACH/USP foram indicados pela reitoria da USP, antes mesmo do início das atividades da unidade, a partir de nomes de docentes de outras unidades de ensino e pesquisa da própria universidade.

A partir deste momento inicial o conjunto de docentes coordenados por esta nova gestão tomou para si, somando-se a representação discente, a tarefa de construção de um ambiente colaborativo, democrático e participativo na gestão acadêmica do curso. Foi necessário reduzir zonas de conflito, criar relações de confiança entre os docentes e com os discentes, liderar a institucionalização de formas organizativas e implantar processos decisórios democráticos abertos a todos os docentes e a uma representação discente ampliada. Tudo isso em paralelo à gestão da implantação do curso propriamente dito.

Logicamente que dentro das atividades de implantação deste curso de graduação tornar-se-ia a atividade central, com o passar natural do tempo, a viabilização da grade curricular proposta no momento de concepção deste curso, o qual foi marcado pela aprovação nas instâncias centrais da universidade (CoG – Conselho de Graduação e CO – Conselho Universitário) durante o ano de 2004 do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de GPP (<http://www4.usp.br/index.php/sociedade/1071>). Importante destacar que desde a primeira grade curricular do curso de GPP, bem como de todo o Projeto Político Pedagógico que alicerça tal currículo, aponta-se para a criação de um curso de graduação que nasce dentro da tradição acadêmica da Administração Pública (curso tradicional na universidade brasileira) mas que expande seus horizontes. Uma vez que tem seus objetivos centrados na construção de uma formação multidisciplinar num forte diálogo entre áreas de conhecimento das Ciências Humanas que interagem com o setor público. Destaca-se a tentativa de construir, desde o início das atividades deste curso de graduação, uma formação na qual há um diálogo franco e aberto entre a Gestão Pública e as Ciências Sociais (com especial ênfase na Ciência Política), colocando assim como um dos principais desafios do curso a superação do antigo debate presente na Administração

Pública entre a capacidade técnica da Gestão e os elementos do mundo da Política, dimensões fundantes e estruturantes do setor público (estatal ou não estatal).

Destacamos que tal caráter dialógico deste curso multidisciplinar baseia numa concepção que o debate entre Técnica e Política, presente na Administração Pública tradicional, que em alguns períodos apontou a tecnicidade do instrumental teórico e conceitual da Gestão como a panaceia para os problemas e as mazelas do setor público, e em outros períodos centrou seus esforços quase que exclusivamente nos elementos políticos deste setor, deveria ser superado pelo diálogo entre diversas áreas de conhecimento, superando assim posições dicotômicas e sectárias que sempre marcaram o debate dentro da Administração Pública. Superando assim, principalmente, uma visão, que perdura até os dias atuais em várias esferas e na própria universidade, no qual os problemas do setor público, no qual o brasileiro tem total destaque, seriam única e exclusivamente sanados e/ou resolvidos pelo instrumental “neutro” e “asséptico” da Gestão, e no qual os elementos da esfera da política somente criariam obstáculos, quase intranponíveis”, para a boa gestão do setor público.

Portanto, destacamos na experiência da EACH/USP a valorização desta trajetória, iniciada em 2006 que vem buscando o aperfeiçoamento do PPP do curso, bem como de sua grade curricular, e que se transforma no próprio processo de consolidação do curso de graduação de GPP. O qual transcorre sempre na busca dos objetivos acima descritos. Com isso, podemos entender as razões para ocorrerem mudanças curriculares nos anos de 2006 e agora em 2011; transformações que são mais aperfeiçoamentos desta trajetória e não mudanças radicais. Uma vez que em 2008, com a formatura da primeira turma de egressos, vemos que tais objetivos começavam a serem atingidos, pois todos os resultados no que diz respeito à inserção profissional dos alunos, bem como na criação de um, ainda pequeno, mas bastante qualificado, grupo de pesquisadores que iniciam suas trajetórias em nível de pós-graduação em diversos programas de mestrado, e até mesmo doutorado², nos demonstram que os princípios básicos de nosso PPP começam a ser alcançados, mas ao mesmo tempo algumas correções de rumos e naturais ajustes ainda seriam demandas presentes nos horizontes do corpo docente e discente do curso.

Após um processo longo de avaliação, iniciado no segundo semestre de 2008, derradeiro semestre letivo da turma pioneira de 2005, e somente finalizado no primeiro semestre de 2010, quando nasce do coletivo do curso uma proposta significativa de mudança de nossa grade curricular, que começa a ser efetivamente aplicada a partir da

2 Destacamos para fins de exemplos os programas de mestrado em Administração Pública da FGV de São Paulo, PROLAM/USP (Programa de Pós-Graduação em Integração em América Latina), Programa de Pós-graduação em Ciência Política DCP/FFLCH/USP, Programa em Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política EACH/USP entre outros

turma de 2011. Em abril de de 2010, portanto, uma nova estrutura curricular é aprovada pela instância colegiada do curso, CoC (Comissão de Coordenação de Curso), e nas demais instâncias da unidade, CG (Comissão de Graduação, e da USP como um, CoG (Conselho de Graduação). Com isso se criam as condições objetivas para mudanças e ajustes normais em todo e qualquer curso de graduação, principalmente quando estes estão em seus anos iniciais e estão dentro de áreas de conhecimento que ainda se consolida – como é o caso do “Campo de Públicas”.

Tal contexto histórico é bastante importante para a compreensão da estrutura atual de nosso curso, pois, sem dúvida alguma, nos colocou novos desafios dentro de um projeto já marcado por uma série de desafios naturais. Com isso, entendemos que os processos políticos e administrativos desenvolvidos entre 2006 e a atualidade foram frutos de um processo de implantação, e com as mudanças que começam a serem efetivadas em 2011 nossa realidade passa a estar marcada por processos de consolidação das práticas que obtiveram boa receptividade na comunidade interna e externa de GPP, em particular, e na EACH/USP, no geral, e pelo aperfeiçoamento daqueles que não atingiram os resultados esperados e/ou desejados.

Sem dúvida alguma, este cenário nos coloca novos desafios, e entendemos que a gestão do curso de GPP não é somente a somatória de atividades burocráticas, mas principalmente são atividades que tentam coordenar política e administrativamente um grupo de docentes e discentes num percurso que persegue a excelência na formação de Gestores de Políticas Públicas. Outro aspecto fundamental para a legitimidade de nosso curso se dá nos relacionamentos interinstitucionais com outras IES, órgãos governamentais, mercado de trabalho e o mundo acadêmico como um todo. Miríade de tarefas que devem ser assumidas plenamente pelos corpos docente e discente, como parte natural de nossas atividades acadêmicas, uma vez que docentes e discentes que não tenham perspectivas para além da sala de aula e das atividades cotidianas e tradicionais de um curso de graduação, com certeza não estarão aptos a participarem do processo de consolidação de nosso curso, bem como de um processo mais amplo de criação e consolidação de uma “nova” área do saber – a Gestão de Políticas Públicas, ou de maneira mais ampla o Campo de Públicas.

2. Contextualização: Graduação em Gestão de Políticas Públicas

Como já exposto, o curso de GPP foi uma inovação dentro da universidade brasileira, uma vez que este foi o primeiro curso de graduação a contar com tal denominação dentro da universidade brasileira. Movimento que em 2011 vemos como correto, dado na atualidade já haver mais de uma dezena de cursos de graduação com tal denominação em diversas IES públicas e privadas no Brasil.

Outro fato deveras importante é a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação do texto básico para as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, no qual incorpora a denominação Gestão de Políticas Públicas como uma possibilidade dentro de um **“campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado a Estado, Governo, Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social”** (minuta para resolução do CNE, texto que circulou entre coordenadores de curso da área e aprovado em dezembro de 2010 pelo CNE). Fato que sem dúvida consolida a denominação Gestão de Políticas Públicas dentro do leque de opções dos cursos de graduação oferecidos pelas IES brasileiras.

Cenário bastante positivo para o curso de GPP da EACH, uma vez que no início de suas atividades tal denominação era bastante frágil, pois além de não haver similaridade com outras instituições a experiência de um curso com nossa feição não estava incorporada aos textos legais que normatizam as atividades dos cursos de graduação no Brasil. Importante destacar a necessidade deste legal deixar sua condição de minuta e transformar-se em resolução o quanto antes, não somente por causa da realidade da EACH/USP mas também de uma já grande quantidade de novos cursos de graduação do Campo de Públicas já existindo na universidade brasileira.

Destaca-se que as diretrizes curriculares aprovadas no CNE estão bastante afinadas com a nossa experiência, e com a grade curricular já aprovada e vigente em nosso curso. Uma vez que tais diretrizes apontam para o reforço da necessidade da existência dentro da área de públicas de experiências de cursos de graduação com abordagens multidisciplinares, nos quais as disciplinas básicas para a formação do Gestor de Políticas Públicas dialoguem entre si, além de transmitirem uma visão abrangente no qual o Gestor de Políticas Públicas supere a velha dicotomia entre Técnica e Política, embate epistemológico que sempre marcou a área da Administração Pública..

3. Perfil do Aluno

A partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no campo do saber da gestão de políticas públicas, o curso visa preparar gestores com inteligência estratégica comprometidos com a eficiência, eficácia e efetividade das instituições públicas, bem como formar pesquisadores para o debate sobre a gestão de políticas públicas, em um contexto de rearranjos das relações entre Estado e sociedade civil principado pela governança, transparência e a intersectorialidade.

No que se refere à inserção profissional dos formandos, é crescente o mercado de trabalho para os gestores de políticas públicas, no setor público-estatal, nas organizações sem fins lucrativos e na iniciativa privada. No Estado, as oportunidades de trabalho têm se avolumado com a implantação de carreiras estratégicas de gestão governamental e de

políticas públicas na União e em muitos estados e municípios. Entre as organizações sem fins lucrativos, o boom institucional e a diversificação de objetivos – movimentos sociais, ong's, entes associativistas, filantropia etc. – fazem com que novas organizações da sociedade civil desponham, enquanto as já existentes buscam maior profissionalização. Configurando-se assim, a partir do número significativo dessas entidades no país que realizam importantes atividades de interesse público, um novo mercado de trabalho para o gestor de políticas públicas. Igualmente, o setor privado torna-se, progressivamente, um *locus* profissional para este gestor. Além das ações de responsabilidade social levadas a cabo pelas empresas, crescem as áreas/departamentos de relações governamentais nas grandes empresas que atuam em atividades que são reguladas pelo Estado (energia, telecomunicações, etc.) e que se dedicam à prestação de serviços públicos (concessão, terceirização e consultorias). Ainda, a internacionalização da gestão de políticas públicas com a formação de espaços supranacionais (ex. blocos econômicos) e o aumento da governança em nível mundial (ex. organismos multilaterais), no bojo do processo de globalização, criam novas oportunidades de trabalho na área de international public affairs.

B. DIRETRIZES E OBJETIVOS

4. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

O objetivo geral do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP centra-se na formação de Gestores capazes de atuarem com competência técnica junto aos diversos entes (estatais e não estatais) da sociedade que atuam diretamente nas várias etapas das Políticas Públicas – Formulação, Implementação e Avaliação; além de serem capazes de empreenderem análises sobre a realidade política, econômica e social na qual estão inseridos, e com a qual as organizações em que atuam interagem. Para tanto o curso de GPP coloca como seus objetivos específicos:

- 1 – Formação humanística e multidisciplinar acentuada, concernente com as diretrizes da EACH/USP, entre as quais tal formação é um dos pilares desta unidade de ensino.
- 2- Formação básica e introdutória em áreas do saber fundamentais para a atuação profissional do Gestor de Políticas Públicas; além de colaborar para a consolidação de sua capacidade de análise crítica da realidade social. São estas áreas do saber a Gestão, as Ciências Sociais, a Economia, o Direito e o Método Científico.
- 3- Introduzir os alunos aos principais temas e setores nos quais as Políticas Públicas e a Gestão Pública se relacionam e interagem. Com isso, apontar para seus alunos possibilidades de aprofundamento temático e/ou setorial para sua inserção profissional e/ou para o aprofundamento de seus estudos em Gestão de Políticas Públicas.
- 4- Colaborar com os campos de conhecimento que analisam e refletem sobre Gestão Pública e Políticas Públicas, através de uma reflexão crítica sobre a relação entre Estado

e Sociedade, uma vez que a Gestão de Políticas Públicas em última instância é parte desta relação e deve ser um meio facilitador nesta relação.

5- Colaborar com a estruturação de uma Gestão Pública cidadã e republicana, no qual os interesses da sociedade democrática são o centro de suas preocupações, e demonstrar o quão ativa e participativa deve ser a sociedade neste tipo de Gestão Pública, para que os valores básicos da igualdade e liberdade entre os cidadãos sejam sempre preservados e colocados como seu objetivo último.

5. Diretrizes Curriculares

As diretrizes curriculares para o curso de GPP foram discutidas em reuniões presenciais entre o corpo docente de GPP e a representação discente de nosso curso, durante o período iniciado no segundo semestre de 2008 até o início de 2010, momento no qual se aprovou uma nova estrutura curricular para nosso curso.

RESUMO DA ESTRUTURA CURRICULAR:

1º. Semestre

Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Introdução ao Estudo de Políticas Públicas créditos = 4 (DI)
Introdução à Sociologia créditos = 4 (DI)
Disciplinas do Ciclo Básico:
Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos créditos = 2 (CB)
Tratamento e Análise de Dados e Informações créditos = 2 (CB)
Ciências da Natureza créditos = 2 (CB)
Estudos Diversificados I créditos = 2 (CB)
Resolução de Problemas I créditos = 4 (CB)

2º. Semestre

Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre= 20

Introdução à Administração créditos = 2 (DI)
Introdução ao Estudo da Política créditos = 4 (DI)
Introdução à Economia créditos = 2 (DI)
Disciplinas do Ciclo Básico:
Psicologia, Educação e Temas Contemporâneos créditos = 2 (CB)
Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania créditos = 2 (CB)
Arte, Literatura e Cultura no Brasil créditos = 2 (CB)

Estudos Diversificados II créditos = 2 (CB)
Resolução de Problemas II créditos = 4 (CB)

3º. Semestre
Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Contabilidade e Administração Financeira créditos = 6 (DI)
Direito Constitucional créditos = 4 (DI)
Teorias da Democracia e Instituições Políticas Brasileiras créditos = 4 (DI)
Microeconomia e Políticas Públicas créditos = 2 (DI)
Formação Econômica e Social do Brasil I créditos = 4 (DI)

4º. Semestre
Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Gestão de Recursos Humanos créditos = 2 (DI)
Logística Integrada e Nível de Serviços no Setor Público créditos = 2 (DI)
Comunicação e Marketing no Setor Público créditos = 2 (DI)
Direito Administrativo créditos = 2 (DI)
Formação Econômica e Social do Brasil II (DI) créditos = 6
Estatística I créditos = 2 (DI)
Macroeconomia e Políticas Públicas créditos = 2 (DI)
Estado, Burocracia e Políticas Públicas créditos = 2 (DI)

5º. Semestre
Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Planejamento e Orçamento em Políticas Públicas créditos = 4 (FE)
Gestão de Processos e Tecnologia da Informação créditos = 4 (FE)
Direito Financeiro créditos = 2 (FE)
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I créditos = 4 (FE)
Estatística II créditos = 2 (DI)
Economia do Setor Público créditos = 2 (FE)
Sociedade e Estado créditos = 2 (FE)

6º. Semestre
Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Elaboração e Avaliação de Projetos no Setor Público créditos = 4 (FE)
Sustentabilidade, Desenvolvimento, Tecnologia e Políticas Públicas créditos = 2 (FE)
Indicadores em Políticas Públicas créditos = 2 (FE)
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II créditos = 4 (FE)
Métodos de Pesquisa Quantitativa e Qualitativa créditos = 2 (FE)
Ética créditos = 2
Disciplinas Optativas créditos=4 (FE)

7º. Semestre

Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Governança das Organizações do Setor Público créditos = 4 (FE)
Poder Legislativo e Políticas Públicas créditos = 2 (FE)
Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo créditos = 2 (FE)
Disciplinas Optativas créditos=12 (FE)

8º. Semestre

Créditos-aula no semestre

Total de créditos do semestre = 20

Controladoria Estratégica no Setor Público créditos = 2 (FE)
Poder Judiciário e Políticas Públicas créditos = 2 (FE)
Disciplinas Optativas créditos=16

Disciplinas com Créditos Trabalho:

Estágio Obrigatório (120 horas)* créditos trabalho=4
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso créditos trabalho=4
Trabalho de Conclusão de Curso créditos trabalho=4

CB – Ciclo Básico; DI – Disciplinas Introdutórias; FE – Disciplinas de Formação Específica.

*** - O aluno pode cumprir as horas de estágio a partir do 3º semestre do curso, ou quando tiver atingido 40 créditos-aula.**

SOMENTE HÁ PRÉ-REQUISITOS NAS DISCIPLINAS I E II, POR EXEMPLO ESTATÍSTICA I É PRÉ-REQUISITO DE ESTATÍSTICA II. A ÚNICA EXCEÇÃO É NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, POIS O ALUNO É OBRIGADO A CURSAR PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

As disciplinas desta grade curricular estão divididas em 4 categorias:

1. **Ciclo Básico (CB)** – disciplinas que compõem a formação humanística multidisciplinar.

2. **Disciplinas Introdutórias (DI)** – disciplinas das 5 áreas do saber que compõem a formação básica do Gestor de Políticas Públicas – Gestão, Ciências Sociais, Economia, Direito e Metodologia da Pesquisa Científica.
3. **Disciplinas para Formação Específica (FE)** – disciplinas que expõem instrumental técnico e analítico destas 5 áreas do saber e que se relacionam diretamente com a Gestão de Políticas Públicas.
4. **Disciplinas Optativas** – disciplinas temáticas e setoriais nas quais apresentam-se as principais discussões da Gestão de Políticas Públicas, nas quais os alunos poderá começar a trilhar o aprofundamento em áreas específicas da Gestão de Políticas Públicas.

Junto às disciplinas oferecidas outras atividades além da sala de aula também compõem a formação do Gestor de Políticas Públicas, são elas o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso.

Em relação ao Estágio Supervisionado há uma forte convicção entre docentes e discentes que esta etapa do processo de formação de nossos alunos é fundamental. Para além de ser a primeira porta do mercado profissional, o estágio deve ser compreendido como parte integrante e fundamental da formação do egresso em GPP, uma vez que a atividade prática em organizações públicas e/ou privadas que interagem diretamente com a produção de Políticas Públicas, ou são as próprias formuladoras e executoras destas ações, vem complementar a formação do Gestor de Políticas Públicas. Pois é na atividade de estágio que o futuro egresso poderá ter contato direto com questões tratadas, elencadas e analisadas pelas disciplinas de nossa grade curricular. Além deste Estágio Supervisionado ser incentivado para que seja encarado pelos alunos de maneira crítica e reflexiva, pois sem dúvida tal postura colaborará intensamente com a formação do Gestor de Políticas Públicas. Há ainda o incentivo do corpo docente do curso para que os alunos busquem em seus estágios temáticas e problemas que poderão ser objeto de uma reflexão mais aprofundada em trabalhos acadêmicos, como por exemplo o Trabalho de Conclusão de Curso.

O TCC proposto aos alunos organiza-se em duas disciplinas de créditos-trabalho (nas quais não existem horas-aula, com o trabalho sendo realizado fora dos horários de aula): Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso. Sendo o 7º e o 8º semestre letivo o ideal para serem cursadas, com todos alunos desenvolvendo trabalhos individuais sob a orientação de algum docente. Sendo vedado a realização de trabalhos sem orientadores, pois são os mesmos que definem o ritmo do trabalho, bem como, o momento de finalização do TCC, que acontece com a defesa do trabalho frente à uma banca composta por no mínimo um docente além do próprio orientador. Dentro os formatos de TCC esperado destacamos os seguintes:

- a) Monografia
- b) Artigo publicado
- c) Vídeo

- d) Exposição fotográfica
- e) Nota técnica
- f) Relatório de consultoria
- g) Relatório de iniciação científica
- h) Trabalho reflexivo a partir do Relatório de estágio
- i) Trabalho reflexivo a partir de Trabalho de extensão

6. Conclusão

Em fevereiro de 2005, ano do início das atividades da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH (naquele momento a mais nova unidade da tradicional Universidade de São Paulo – USP, fundada na Zona Leste da cidade de São Paulo) no qual inaugurava-se o curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas com toda certeza seu corpo docente e discente ainda tinham dificuldades em explanar sobre o significado deste curso, bem como sobre quais seriam as consequências daquelas atividades recém-inauguradas. Com toda a certeza muitos duvidavam da validade daquela nova experiência, outros tantos, fora da USP e mesmo dentro da instituição, viam tal experiência como uma “excentricidade” pedagógica, numa unidade que estava sendo criada com 10 cursos de graduação não muito tradicionais³, dúvidas que com certeza geravam incertezas entre os alunos e dificuldades entre os docentes em definir a identidade do curso, e qual seria a área de atuação de seus egressos.

Sem dúvida, aquilo que a primeira vista poderia ser encarado como excentricidade de alguns (ou até mesmo irresponsabilidade, palavra presente em muitos discursos sobre a experiência da USP Leste), com o passar do tempo somado ao árduo diálogo e trabalho realizado pelo corpo docente já constituído, bem como por aqueles que eram contratados com o desenvolver das atividades do curso, foi aos poucos deixando de ser somente uma nova experiência. Lembramos que o corpo docente do curso foi sendo naturalmente selecionado, através de concursos públicos com concorrência acima da média para os padrões da universidade brasileira, entre jovens docentes e pesquisadores que já atuavam nas fronteiras das várias áreas de conhecimento que têm o setor público como objeto de reflexão – Gestão Pública, Ciências Sociais, Economia, Direito e o Método Científico, o que era bastante natural, dado a proposta multidisciplinar do curso.

Com isso à medida que o curso posicionava-se dentro do debate já existente no Brasil sobre a Gestão Pública, aos poucos abandona seu caráter de ineditismo, experiência e/ou excentricidade transfigurando-se numa oportunidade de criação de um novo olhar para uma área já instituída e com uma longa história – como é o caso do Campo de Públicas. Pois seria impossível qualquer experiência que negasse as trajetórias bem ou mal sucedidas de cursos de graduação na área existentes no Brasil, com destaque por aquilo produzido dentro da própria USP (FFLCH, FEA, Saúde

3 Em 2005 foram inaugurados os seguintes cursos de graduação na fundação da EACH/USP: Gestão de Políticas Públicas, Gestão Ambiental, Lazer e Turismo, Marketing, Sistemas de Informação, Licenciatura em Ciências da Natureza, Têxtil e Moda, Ciências da Atividade Física, Gerontologia e Obstetrícia.

Pública entre outras), mas principalmente fora dela em instituições tradicionais como a FGV e a UNESP.

Destacamos ainda que nesta experiência a coexistência do curso de graduação em GPP com outros cursos de graduação das mais diversas áreas de conhecimento – Ciências Naturais, Ciências Sociais, área da Saúde e áreas tecnológicas – colaborou intensamente para que esta nova experiência se firmasse no cenário da própria USP. Pois nossos alunos além de sua formação voltada para GPP os alunos têm contato diário com discentes e docentes de outros cursos em aulas no Ciclo Básico, comum a todo e qualquer curso da EACH/USP, em disciplinas optativas oferecidas por docentes ligados a outros cursos da unidade, ou mesmo frequentando disciplinas destes demais cursos, uma vez que parte de nossa grade curricular (32 créditos, 20% do total de um grade de 160 créditos) o aluno se obrigado a cursar disciplinas optativas seja naquelas oferecidas pelo próprio curso e docentes (para as quais a figura do professor convidado entre especialistas do setor público já é uma prática estabelecida) ou em disciplinas oferecidas por outros cursos da unidade. Ainda em relação às optativas nossos alunos podem usufruir de toda a estrutura da USP sendo-lhes facultado o direito de cursarem em outras unidades de ensino da USP.

Portanto, não é demais afirmar que o curso de GPP da EACH/USP, localizado no campus Leste da USP, vem usufruindo do contexto interno da USP bem como trilhando o caminho de outras graduações já existentes na universidade brasileira que tem por objeto de reflexão o setor público, no geral, e o brasileiro, em específico. E que a conjunção das circunstâncias destes dois contextos interno e externo à nossa instituição colaboram ativamente para a consolidação desta “nova experiência”, processo em pleno desenvolvimento principalmente após a formatura das 3 pioneiras turmas de egressos (2009, 2010 e 2011) e o sucesso no início das trajetórias profissionais dentro do setor público brasileiro – sempre lembrando que tal setor não se restringe somente ao aparato estatal e institucional brasileiro, mas também é composto por entidades do 3º setor, órgãos paraestatais, e organizações do setor privado com íntima relação com o setor público (seja através de parcerias público-privadas, concessões públicas ou por atuarem em setores altamente regulamentados pela atividade estatal).